

**APRESENTAÇÃO DOSSIÊ
PARENTALIDADES E FAMÍLIAS: PERMANÊNCIAS E DESAFIOS DESTE
CAMPO DE PESQUISA**

Anna Carolina Horstmann Amorim (UEMS - anna.amorim@uems.br)
Claudia Regina Nichnig (UNESPAR - claudianichnig@gmail.com)

Na contemporaneidade, o parentesco e o debate sobre famílias e parentalidades parece ganhar novo frescor em meio a constantes disputas em torno de seus sentidos, práticas e dispositivos/tecnologias de produção e/ou validação social e legal. Tal atenção não é nova dentro do campo das Ciências Sociais, em especial dentro da Antropologia. Entre os trabalhos clássicos desta disciplina, o parentesco era caminho fundamental para compreensão da organização social de distintas sociedades e debater diferentes teorias sobre casamento, filiação e descendência era parte comum da teoria antropológica e do pensar sociedades. Todavia, por muito tempo antropólogos e antropólogas ao olharem para as sociedades ocidentais, tomavam como pressuposto sua compartimentação em diferentes instituições, ficando afastados o reino da vida doméstica das famílias e aquele da vida pública, política e do fazer sociedade. Assim, os estudos sobre parentesco permaneceram distantes dos interesses de pesquisa dos e das que buscavam entender a organização social ocidental e de suas próprias sociedades, diferentemente do que ocorria quando olham para “o outro”.

Esta cisão foi longamente questionada, sobretudo com o engajamento de uma antropologia anticolonial e feminista em debates sobre o mundo privado/local e suas relações políticas e morais que deitam raízes, podemos dizer, em toda sua organização. De tal modo, a compartimentação idealizada sobre o modo de vida ocidental tem sido paulatinamente descortinada. Distintas pesquisas apontam justamente seu contrário. Assim, é certo afirmar que não somente o tema das famílias e parentalidades está imbricado como o universo público da vida social nas mais diversas sociedades, como é ponto chave de debates políticos em diferentes momentos, como o atual, no Brasil e também fora.

Não apenas a barreira entre domínios de uma vida privada e uma vida pública é derrubada com reflexões que delineiam como os modos que tecemos vínculos, casamentos, filiações e exercemos a parentalidade refletem agendas morais, políticas, coletivas e de governos, mas a interconexão entre diferentes áreas do saber tem apresentado contribuições importantes para o



debate deste campo. Assim é que as Ciências Sociais, o Direito, a Psicologia, a História, a Educação e também a Medicina, entre outros, tem se articulado em debates pertinentes para as compreensões dos diferentes dispositivos de poder/saber e das variadas resistências que são produzidas no ato reflexivo de (re)produzir famílias.

Deste modo, o que temos acompanhado é um florescimento de pesquisas e reflexões que tocam o campo das parentalidades e das famílias. Debates que demonstram a produção de novos modelos parentais e plurais formações conjugais e familiares que versam, justamente, sobre decisões e escolhas relacionadas à concepção e também ao exercício de maternidades e paternidades. Produzir outros modelos de parentalidades e famílias implica processos que são intensamente pensados pois escapam do modelo naturalizado de emparentar-se, dado por uma compreensão biologicista da reprodução como reduto da sexualidade heterocisreferenciada, como único e natural caminho para produzir laços válidos de parentesco. Ao escapar dessas normas, tais experiências parentais e familiares necessitam, portanto, recriar, reivindicar e estabelecer outros modos de vincular pessoas e estabelecer laços válidos e reconhecidos de parentesco para além da consanguinidade e do sexo heterossexual reprodutivo.

Todavia, os caminhos do pensar, fazer e experienciar famílias e parentalidades não são lineares, ainda bem! Movem-se em direções variadas, as vezes sequer se movem, produzindo, ainda assim, agitações. Isso acontece, especialmente porque nos encontramos na vigência de um modelo euroamericano/colonial naturalizado de reprodução e conexões familiares que tem na relação sexual (heterocisgênera) seu símbolo fundador, como nos informa David Schneider (1980). Este modelo rege nossas compreensões sociais a respeito do que é ser parente, e de como se produzem pais, mães, filhos, filhas e toda a teia de parentesco. Marilyn Strathern (1992) chama tal paradigma de modelo reprodutivo de parentesco que assenta suas bases nas funções corporais e partilha de substâncias biológicas/genéticas entre pais e filhos como sustento das relações de parentesco no ocidente¹. É tendo como pressuposto este padrão naturalista que a legitimidade das relações parentais e familiares parece definida pela evidência deste pertencimento e vínculo biológico.

¹ Realidade que apenas a partir dos anos 1980/90 vem sendo descentralizada entre os estudos de parentesco, mas que vigora como panorama cultural das sociedades euro-americanas tal como os trabalhos de David Schneider e Marilyn Strathern identificam.



Falamos, portanto, de uma noção de família que apregoa um caminho único para o ser família: produzir descendentes genéticos a partir de uma relação conjugal heterocisgênera sexualmente reprodutiva. É evidente que outros modelos familiares são possíveis e já angariaram reconhecimento, tal como a adoção ou a parentalidade solo. Todavia, são sempre vistos como formas aproximadas do modelo reprodutivo sexual heterocisgênero natural, sendo, portanto, sempre passíveis de tensões, questionamentos e portanto, recebendo uma menor legitimidade social. Ainda que possam contar com reconhecimento, parecem sempre sobrepostos sob um pano de fundo irrefutável de verdade: a biologia reprodutiva que produz apenas um pai biogenético e uma mãe biogenética para cada pessoa, os quais são considerados os/as “verdadeiros/as” pais de cada ser humano. Assim, a adoção, por exemplo, é muitas vezes percebida como uma emenda efetivada para dar sequência ou remendar/substituir o que deveria ter sido consequência de um ato natural: a parentalidade decorrente do nascimento de uma criança a partir de uma gravidez fruto do sexo heterossexual reprodutivo.

Para além da adoção, existem outras formas de exercer a parentalidade que escapam desse enredo heterocisgênero sexuado, ficando também sempre a mercê dos questionamentos e dúvidas, sendo, tantas vezes, percebidos como menos verdadeiros, ou mesmo, como remendas parentais substitutivas. É por esses motivos que as formas de produzir e a reivindicação da legitimidade, espaço e reconhecimento para famílias que se formam de modos exteriores a heterocisgeneridade importam neste dossiê. Importam, sobremaneira, porque contribuem na apresentação destas vivências como realidades possíveis, válidas e formadoras de família naturais e também, infelizmente precisamos dizer, normais como aquelas acertadas ao modelo biologista heterocisgênero.

Hoje o afeto cumpre um papel decisivo na elaboração de vínculos familiares, a escolha e reflexão despontam como marcadores profundos das conexões porvindouras entre pessoas que exercem a função parental e seus filhos. O cotidiano, a educação, o convívio e a agência marcam as possibilidades de produzir laços de pertencimentos tão fortes que podem concorrer ou coabitar com o peso do vínculo biogenético. Produzir famílias, parentalidades que se efetivam em cotidiano ou escolhas, e ainda refletir sobre o exercício parental produzem outros sentidos sociais e outras moralidades, as quais são gestadas nestes processos. Se é possível que duas mulheres criem filhos saudáveis, felizes e socialmente bem acomodados ou ainda que encontrem doadores de sêmen online para auxiliar na produção de seus projetos parentais, se mulheres podem rever suas maternidades em contexto de isolamento social e o direito acena



para tornar algumas resoluções sobre nascimentos, partos e filiação mais inclusivas à população LGBT é porque mudanças acontecem, mesmo quando ainda resta tão naturalizado este modelo reprodutivo heterocis.

Todavia, mudanças, ainda que graduais, provocam incômodo. Incomodam, pois tem potencial para a transformação. Se desde o início das pesquisas antropológicas sabia-se que o parentesco fala da organização social de uma sociedade, seria de esperar que alterações neste campo atraíssem a atenção daqueles e daquelas preocupados com as mudanças sociais. Que a vida doméstica e familiar é política, não temos dúvida. Agora, que a política é, boa parte, sobre a vida familiar é um ponto que ainda merece maior atenção.

O tema da família, sabemos, é caro para o avanço neoconservador ao redor do mundo, principalmente nos últimos anos. Articula toda uma política voltada ao controle econômico pautado no controle dos corpos, da vida e da morte. Neste cenário, reproduzir-se é um ato político e ao mesmo tempo merece atenção de políticos, preocupados com o sustento de seus ideários tradicionais, ancorados em noções patriarcais, cristãs, coloniais e heterocisgêneras de nação e sociedade. Defendem um modelo único de família como o certo, o natural. A heterossexualidade e as normativas de gênero que defendem são tomadas como um caminho único, naturalizadas por sua função reprodutiva (não apenas de filhos, mas sobretudo de cidadãos nacionais) em um processo no qual a própria existência social vai se tornando devedora da existência, defesa e manutenção da heterossexualidade reprodutiva e patriarcal.

A preocupação com o futuro parece se edificar no tom de preocupação com as famílias e, sobretudo, com as crianças. Está posto um universo de embates, disputas morais e agendas de governo voltadas a tais temas. A família e o parentesco, tal como uma tendência de moda, voltam à cena com força total nos últimos anos. Assim, os trabalhos que buscam pensar estas realidades, mas sobretudo que buscam pluralizar compreensões sobre tais fazeres, vivências e relações são de extrema urgência e relevância.

Deste modo, este dossiê se preenche de artigos que brilhantemente percorrem a complexidade das mudanças e permanências do campo de pesquisas sobre as famílias e as parentalidades. Trazem luz a questões atuais das relações entre ser e fazer família imbricadas com a internet, o Estado e as moralidades heterocisnormativas ainda vigentes. Apontam, contudo, as resistências na produção de emaranhados que enlaçam fazeres e pensares que nos permitem vislumbrar possíveis caminhos teóricos neste campo de pesquisas que se debruça



sobre gênero, sexualidades, conjugalidades, parentalidades, famílias, parentesco e suas tantas formas de produzir conexões, relações, pertencimentos e coletividades.

Convidamos, portanto, a cada pessoa leitora, que se permita percorrer os caminhos abertos por estes textos importantes e que sigamos enlaçando-nos neste emaranhado, nunca pronto ou fechado do tornar-se parte de.

Abrindo esse dossiê, temos o artigo “Faire Famille autrement: ce que les marges nous enseignent sur ‘la’ paraentalité”, de autoria de Virginie Rozée. Neste texto, a autora apresenta uma importante revisão dos debates teóricos a respeito do tema da parentalidade nas teorias antropológicas e sociológicas. A autora articula, de modo interessante, a noção de margem como aquela dimensão do que escapa das normativas e modelos sociais esperados e mostra como pensar esta noção auxilia na compreensão das contra hegemonias também produzidas no campo das famílias e parentesco. Neste sentido, Virginie aponta como a margem, que expressa uma vivência ou realidade existente que, contudo, prescinde de reconhecimento social ou legal ecoa a realidade de muitos pais e mães LGBTQIA+ na França e, podemos dizer, no Brasil.

No texto “Inseminação caseira e a construção de projetos lesboparentais no Brasil”, Mariana G. Felipe e Marlene Tamanini trazem um ótimo debate sobre lesboparentalidades e inseminação caseira a partir de uma pesquisa no mundo virtual do *Facebook*. As autoras observam como se constroem os projetos parentais de casais de mulheres lésbicas a partir de suas interações com doadores de sêmens em comunidades *online*. Identificam, portanto, elementos importantes acionados no rol de agenciar tecnologicamente gametas e produzir gravidezes sem a necessidade de recorrer a relações sexuais heteroreprodutivas. Destacam, portanto o processo reflexivo e tecnológico que é, sempre, produzir famílias.

Em “A banalidade e o extraordinário no cotidiano de filhas e filhos de mães lésbicas”, Monica Fortuna apresenta reflexões que derivam de uma pesquisa empírica bastante original realizada no Brasil e na França com filhos e filhas de casais de mulheres lésbicas. Ao abordar as noções de banal e extraordinário, a autora articula dimensões importantes dos debates sobre parentesco: o cotidiano e o mundo público/político. Neste caminho, Mônica Fortuna Pontes reflete, a partir de sua pesquisa, como subjetivamente as experiências de lesboparentalidade e parentesco são corriqueiras, não fugindo ao que vivem no dia a dia as demais famílias. Já em um plano mais largo das representações sobre como são ou deveriam ser tais famílias, vivenciam sim questionamentos e tensões mais intensas e que derivam de uma ordenação social e moral imposta sobre práticas e desejos que se traduz em normativas e em prescrições, que aí,



fogem do campo das vivências cotidianas das relações parentais. Há, deste modo, na vida social a necessidade, inexistente na família, de falar, questionar ou mesmo explicar sobre este modelo familiar, tirando-o da banalidade com que se apresenta aos que o vivenciam, este é ponto nodal sobre o qual Mônica Fortuna Pontes se debruça com atenção.

No artigo “Quem é o pai e quem é a mãe? Uma reflexão sobre reprodução, parentesco e heterociscentrismo”, as organizadoras do dossiê em companhia do doutorando em Ciências Humanas Keo Silva, analisam o parentesco de pessoas trans a luz de normativas sociais e legais sobre parentalidades e filiação. Apresentam os tensionamentos sobre o reconhecimento de maternidade e paternidade de pessoas trans para além de seus aparelhos reprodutivos. Discutem, deste modo, como as experiências de ser e fazer família no Brasil estão imbricadas com a Medicina e o Direito, especialmente no tocante ao parto e documentos de filiação necessários no nascimento de crianças.

Já no artigo “Convivência integral e aprendizados na tela: uma análise de *lives* sobre parentalidades em tempos de Covid”, Anna Paula Uziel; Roberta Gomes Nunes; Rayanne Suim Francisco; Renata Gonçalves Roma; Larissa Pinto Moraes; Ludmilla Furtado da Silva; Marcello Furst de Freitas Accetta; Maria Clara de Mello Andrade; Amanda Neves Rastrelli e Camila Tomé da Silva analisam uma dimensão atual das parentalidades em meio a pandemia de Covid-19, o cuidado e educação das crianças. O artigo reflete sobre temas centrais para os feminismos e os estudos sobre a família contemporânea, como a maternidade e o feminino como lugar exclusivo do cuidado. Apresenta, de modo interessante como o retorno ao lar, provocado pela necessidade de isolamento social diante da pandemia atual, reestabeleceu arcabouços sociais ligados ao dever das mulheres de cuidar, amparar e educar as crianças como os marcos que representam socialmente o lugar estabelecido para uma boa mãe. Em especial, trazem a conexão deste debate com o universo das *lives* online assistidas por pais preocupados com a necessidade de cumprirem quase integralmente a função educativa de seus filhos e como o tema da maternidade acaba despontando nestes vídeos. O artigo também ressalta a produção de um discurso centrado numa noção única e pouco diversa de família: heterocis com filhos, engrenagem da própria construção da noção de família, reiterada agora em sua versão atual, isolada, sem grandes redes de apoio e que precisa de conselhos e dicas online para manter-se bem.

Por fim, destacamos que as diferentes discussões e abordagens dadas ao tema das parentalidades e família nos artigos que compõem o dossiê proporcionam uma leitura atual do



tema clássico do parentesco. Ao elucidarem tensionamentos entre permanências e rupturas no campo do poder fazer e ser família, apontam fissuras nas normativas e naturalizações que recobrem as concepções tradicionais deste universo como aquele marcado por laços naturais indestrutíveis e incomparáveis. Apresentam, portanto, oportunidade para repensarmos e problematizarmos as famílias e suas configurações plurais na contemporaneidade.

Desejamos uma boa leitura a todas as pessoas!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SCHNEIDER, David. 1980. *American Kinship: a cultural account*. New Jersey: Prentice-Hall.

STRATHERN, Marilyn. 1992. *Reproducing the future: essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester: Manchester University Press.